

CURSO DE FORMAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO EM RADIOFUSÃO SONORA E/OU IMAGENS



Presidente: Edilson Alves



Professor: Freire Neto



Conhecimentos Gerais e Atualidades

FORTALEZA - CE

1. Comunicador x Ouvinte

(Parceria)

O rádio exerce um inegável poder sobre a população, sendo o mais democrático e popular por atingir todas as classes sociais, sexos e idades. É o meio mais próximo da população, afinal às pessoas têm passado mais tempo nas ruas, estando mais expostas e envolvidas com o rádio ao longo do dia inteiro. Presente a qualquer hora nos acompanha enquanto executamos outras tarefas, desde a hora que acordamos, no café da manhã, no carro, no trabalho, possibilitando, portanto, seu consumo. Além disso, possui penetração praticamente igual à televisão, sendo consumido por 91% da população. No período de 15 dias, 85% da população ouve rádio pelo menos 1 vez por dia. É uma mídia forte em todos os segmentos de mercado, o que demonstra o quanto é abrangente, prestando um serviço de utilidade pública, lazer e entretenimento. Ele é uma extensão do sistema nervoso central, só igualado pela própria fala humana, tornando a relação locutor X ouvinte bem próxima já que a interatividade é o grande trunfo deste meio. Tem uma comunicação ágil e envolvente, velocidade, segmentação, eficácia e rentabilidade, cerca de 95% dos carros possuem rádio. É o meio de informação que mais atinge a população durante o dia, ou seja, no período de 06:00 às 18:00 (horário comercial, quando as maiorias dos negócios são realizadas), o rádio supera todos os outros meios. Os custos relativos da mídia são os mais baixos do mercado, possibilitando trabalhar com alta frequência, o que aumenta o recall da campanha, além da flexibilidade da produção e rapidez na veiculação da mensagem.

2. Município de Fortaleza

Histórico:

A história de Fortaleza começou há muitos anos atrás, quando a cidade surgiu ao redor do Forte de Nossa Senhora da Assunção, construído pelos portugueses. Ao redor do forte, surgiu um povoado, que deu origem à quinta maior cidade brasileira. O visitante que chega a Fortaleza, hoje uma metrópole admirada por turistas do mundo inteiro, dificilmente imagina que ela parecia ter poucas chances de evoluir.

Enquanto Capitania, O Ceará não recebia atenção alguma. A conquista da Capitania começou em 1603, com a bandeira de Pero Coelho de Souza que fundou o Forte de São Tiago na Barra do Ceará. Sua ocupação oficial foi iniciada por Martim Soares Moreno, o capitão português que serviu de inspiração para um dos personagens centrais do romance "Iracema" de José de Alencar, recuperando e ampliando o Fortim de São Tiago, e rebatizando o novo forte de Forte de São Sebastião.

O Forte foi ocupado por uma expedição holandesa, que dominou o Ceará de 1640 a 1644. Derrotada pelos índios, voltou seis anos depois à Região, comandada por Matias Beck, que ergue o Forte Shoonemborch às margens do Riacho Pajeú. A expulsão definitiva dos holandeses ocorreu em 1654 pelo comandante português Álvaro de Azevedo Barreto, que muda o nome do Forte para Nossa Senhora da Assunção.

A criação do município de Fortaleza se deu a 13 de abril de 1726, quando a povoação do Forte foi levada à condição de vila. Somente em 1823 o Imperador Dom Pedro I elevou a vila à categoria de cidade.

Subdivisões:

Regional I

Vila Velha, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Barra do Ceará, Floresta, Álvaro Weyne, Cristo Redentor, Ellery, São Gerardo, Monte Castelo, Carlito Pamplona, Pirambu, Farias Brito, Jacarecanga e Moura Brasil.

Regional II

Aldeota, Cais do Porto, Cidade 2000, Cocó, De Lourdes, Dionísio Torres, Engenheiro Luciano Calvalcante, Guararapes, Joaquim Távora, Manuel Dias Branco, Meireles, Mucuripe, Papicu, Praia de Iracema, Praia do Futuro I e II, Salinas, São João do Tauape, Varjota, Vicente Pinzon.

Regional III

Amadeu Furtado, Antônio Bezerra, Autran Nunes, Bonsucesso, Bela Vista, Dom Lustosa, Henrique Jorge, João XXIII, Jóquei Clube, Olavo Oliveira, Padre Andrade, Parque Araxá, Pici, Parquelândia, Presidente Kennedy, Rodolfo Teófilo e Quintino Cunha.

Regional IV

São José Bonifácio, Benfica, Fátima, Jardim América, Damas, Parreão, Bom Futuro, Vila União, Montese, Couto Fernandes, Pan Americano, Demócrito Rocha, Itaoca, Parangaba, Serrinha, Aeroporto, Itaperi, Dendê e Vila Pery.

Regional V

Conjunto Ceará, Siqueira, Mondubim, Conjunto José Walter, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Genibaú, Canindezinho, Vila Manoel Sátiro, Parque São José, Parque Santa Rosa, Maraponga, Jardim Cearense, Conjunto Esperança, Presidente Vargas, Planalto Ayrton Senna e Novo Mondubim.

Regional VI

Sabiaguaba, Edson Queiroz, Sapiranga, Alagadiço Novo, Curió, Guajerú, Coaçu, Paupina, Parque Manibura, Cambeba, Messejana, Ancuri, Pedras, Jardim das Oliveiras, Cidade dos Funcionários, Parque Iracema, Auto da Balança, Aerolândia, Dias Macedo, Castelão, Mata Galinha, Cajaeiras, Barroso, Jangurussu, Passaré, Parque Dois Irmãos e Lagoa Redonda.

Regional do Centro

Delimitada ao Norte, pelas avenidas Historiador Raimundo Girão, Almirante Barroso e Pessoa Anta, ruas Adolfo Caminha e Santa Terezinha, e Avenida Presidente Castelo Branco (Leste - Oeste); ao Leste, pela rua João Cordeiro; ao Oeste, pelas avenidas Filomeno Gomes e Padre Ibiapina; e ao Sul, pela Avenida Domingos Olímpio e início da Avenida Antonio Sales.

3. Estado do Ceará

Antes da chegada de europeus ao atual Ceará, viviam naquela região índios Tupis (Tabajaras e Potiguares) e Cariris.

Há relatos de historiadores de que, antes de Pedro Álvares Cabral chegar ao Brasil, espanhóis já tinham estado no território que hoje conhecemos como Ceará, seus nomes eram Diogo Lepe e Vicente Pinzón. Pinzón foi o primeiro a chegar, desembarcou onde hoje seria o município de Icapuí e Lepe teria desembarcado em Fortaleza. Dado o tratado de Tordesilhas (1494) estas descobertas não puderam ser oficializadas.

A ocupação portuguesa tem início no ano de 1603, sob o comando de Pero Coelho de Souza que, ao chegar, construiu o Forte de São Tiago. Anos depois, em 1612, Martins Soares Moreno anexa oficialmente o Estado do Ceará, construindo o Forte de São Sebastião, erguido sobre as ruínas do primeiro Forte.

No ano de 1637, chegam àquela localidade os holandeses. Estes foram expulsos pelos índios em 1644. Mas, em 1649, os holandeses retornaram e construíram um Forte (Shoonenborch) às margens do rio Pagéu (onde seria erguida a cidade de Fortaleza). O comandante português Álvaro de Azevedo Barreto foi o responsável pela expulsão efetiva dos holandeses no ano de 1654.

A partir de 1680, o Ceará tornou-se capitania subalterna de Pernambuco, desligando-se do Maranhão. O Forte holandês teve seu nome mudado para Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, local a partir do qual surgiria a vila que daria início ao município de Fortaleza, fundado em abril de 1726. Foi só no fim do século XVIII que (17 de janeiro de 1799) que a capitania do Ceará alcançou autonomia. Em 1823, D. Pedro I elevou a vila à condição de província, e com a proclamação da república (1889) tornou-se o atual Estado do Ceará.

O Ceará foi o primeiro estado brasileiro a libertar os escravos (25 de março de 1884 - quatro anos antes da Lei Áurea), fato que lhe rendeu o cognome de Terra da Luz, título dado por José do Patrocínio.

No final do século XIX, devido à seca, um grande número de cearenses foge em direção à Amazônia em busca de trabalho nos seringais.

Em 1914, um grupo de jagunços, apoiados pelo padre Cícero Romão Batista, líder político-religioso da região do Cariri, dirigem-se à capital do Estado e depõem o governador indicado pelo Governo Federal.

Nos anos 40 e 50 do século passado, o Governo Federal construiu uma série de açudes no Ceará, a fim de melhorar a vida dos sertanejos que, em função da seca, não podiam plantar pra comer, criar gado e tinham de deixar suas terras para sobreviver em outros estados.

Regiões:

O novo projeto de organização das regiões de planejamento do Ceará amplia de oito para 14 o número de divisões dos 184 municípios do Estado. Eles foram organizados de acordo com características socioeconômicas, geoambientais e culturais. Segundo a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), a atualização deve aperfeiçoar as atividades de monitoramento e implementação de políticas públicas estaduais. A mudança foi aprovada pela Assembleia Legislativa (AL) e deve ser utilizada no Plano Plurianual (PPA). A antiga divisão em macrorregiões de planejamento vigorava desde 1999 e separava os municípios em oito regiões. De acordo com a Seplag, a nova legislação é mais específica e facilita identificar as particularidades locais.

Com a mudança, o Ceará passa a ter as regiões: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão dos Crateús, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Sobral e Vale do Jaguaribe. Anteriormente, não havia distinção, por exemplo, das macrorregiões de Sobral/Ibiapaba, Litoral Leste/Jaguaribe e Cariri/Centro Sul, o que dificultava as ações de planejamento. Disse a Seplag através de nota. O órgão esclarece ainda que a mudança não altera os limites entre os municípios ou os Estados. A nova divisão será utilizada como base para o PPA, que vai orientar a gestão 2016-2019. No PPA constam todos os investimentos e metas a serem seguidos pelo Estado nos quatro anos seguintes.

Fonte: *Jornal O Povo*

As novas macrorregiões do Ceará

A mudança influenciará a elaboração de políticas públicas

Como o Estado era dividido



Como fica com a nova divisão



Fonte: <http://www.gazetadocariri.com>

4. Regiões do Brasil

A Região Centro-Oeste é composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. Sua área é de 1.604.850 km², ocupando aproximadamente 18,8% do território do Brasil, tendo a segunda maior extensão territorial entre as regiões brasileiras, sendo menor apenas que a Região Norte.

Conforme contagem populacional realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total do Centro-Oeste é de 14.058.094 habitantes, cuja densidade demográfica é de 8,7 habitantes por quilômetro quadrado.

O Nordeste brasileiro é formado pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Sua área é de 1.554.257,0 km². Abriga uma população de aproximadamente 53.081.950 habitantes, esses estão distribuídos em nove estados. O grande número de cidades litorâneas contribui para o desenvolvimento do turismo na região.

A Região Norte é composta pelos estados de Roraima, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins. Está localizada entre o maciço das Guianas, ao norte; o Planalto Central, ao sul; a cordilheira dos Andes, a oeste; e o oceano Atlântico, a noroeste. Sua extensão territorial é de 3.853.397,2 km², sendo a maior região do Brasil, corresponde a aproximadamente 42% do território nacional. Possui uma população de cerca de 15,8 milhões de habitantes.

Os estados que formam a região Sudeste são: Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Situa-se na parte mais elevada do Planalto Atlântico, onde estão as serras da Mantiqueira, do Mar e do Espinhaço. Sua extensão territorial é de 924.511,3 km². Abriga uma população de 80.364.410 habitantes, correspondendo a aproximadamente 40% do contingente populacional brasileiro. A densidade demográfica é de 87 habitantes por quilômetro quadrado, sendo a região mais populosa e povoada do país.

O Sul do Brasil é formado pelos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Sua extensão territorial é de 576.409,6 km². Sua população é estimada em 27,3 milhões de habitantes.



5. Os Continentes:

Os continentes são grandes extensões de terra emersas, limitadas pelas águas de mares e oceanos. Somados os seis continentes (África, América, Antártida, Ásia, Europa e Oceania) possuem extensão territorial de 149.440.850 quilômetros quadrados, dimensão que representa 29,1% da superfície do planeta. Através de pesquisas, cientistas afirmam que a atual configuração da superfície terrestre foi estabelecida há, aproximadamente, 60 milhões de anos, por um processo de deslocamento da crosta. Em decorrência dela, o planeta adquiriu os seis continentes que possui atualmente. A Ásia é o maior e mais populoso dos continentes. A África apresenta os principais problemas sociais na atualidade, a maioria da população desnutrida está neste continente, na África Subsaariana a incidência de AIDS faz a expectativa de vida cair cerca de 30 anos nos países mais afetados, como Botsuana, Suazilândia, Lesoto e Zimbábue. O continente africano apresenta belas paisagens, desfrutando de uma riqueza em sua biodiversidade. Existem também concentrações de miséria na maior parte da Ásia e nas porções central e sul das Américas. Essas regiões registram altas taxas de mortalidade infantil. Os países mais desenvolvidos e que apresentam os maiores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) estão localizados na Europa e na América do



Norte. Na Ásia destaca-se o Japão, dono de uma das mais prósperas economias do mundo e população com maior expectativa de vida do planeta.

- *Extensão territorial dos continentes:*

África: 30.230.000 km².

América: 42.215.000 km². Sendo: América do Norte: 23.651.000 km²; América Central: 731.000 km²; América do Sul: 17.833.000 km².

Ásia: 44.482.000 km².

Europa: 10.360.000 km².

Oceania: 8.480.000 km².

A distribuição da população mundial ocorre de forma desigual, havendo grande diferença no contingente populacional dos continentes. Veja a população referente a cada um deles (dados referentes ao ano de 2013):

África: 1,111 bilhão de habitantes

América: 953,7 milhões de habitantes

Ásia: 4,427 bilhões de habitantes

Europa: 742,5 milhões de habitantes

Oceania: 40 milhões de habitantes

6. Três Poderes

Montesquieu propôs a divisão dos três poderes em: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

Desde a Antiguidade, vários filósofos e pensadores se desdobram nas formas de organização do poder político. Muitos destes se preocupavam com a investigação de uma forma de equilíbrio em que o poder não se mantivesse sustentado nas mãos de uma única pessoa ou instituição. Já nessa época, as implicações de um governo de feições tirânicas ou autoritárias preocupavam as mentes daqueles que voltavam sua atenção ao terreno político.

Entre os séculos XVII e XVIII, tempo de preparação e desenvolvimento do movimento iluminista, o teórico John Locke (1632 – 1704) apontava para a necessidade de divisão do poder político. Vivendo em plena Europa Moderna, esse pensador estava sob o domínio do governo absolutista. Em tal contexto, observamos a figura de um rei capaz de transformar as suas vontades em lei e sustentar a validade das mesmas através de justificativas religiosas.

Algumas décadas mais tarde, Charles de Montesquieu (1689 – 1755) se debruçou no legado de seu predecessor britânico e do filósofo grego Aristóteles para criar a obra “O Espírito das Leis”. Neste livro, o referido pensador francês aborda um meio de reformulação das instituições políticas através da chamada “teoria dos três poderes”. Segundo tal hipótese, a divisão tripartite poderia se colocar como uma solução frente aos desmandos comumente observados no regime absolutista.

Mesmo propondo a divisão entre os poderes, Montesquieu aponta que cada um destes deveriam se equilibrar entre a autonomia e a intervenção nos demais poderes. Dessa forma, cada poder não poderia ser desrespeitado nas funções que deveria cumprir. Ao mesmo tempo, quando um deles se mostrava excessivamente autoritário ou extrapolava suas designações, os demais poderes teriam o direito de intervir contra tal situação desarmônica.

Neste sistema observamos a existência dos seguintes poderes: o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. O Poder Executivo teria como função observar as demandas da esfera pública e garantir os meios cabíveis para que as necessidades da coletividade sejam atendidas no interior daquilo que é determinado pela lei. Dessa forma, mesmo tendo várias atribuições administrativas em seu bojo, os membros do executivo não podem extrapolar o limite das leis criadas.

Por sua vez, o Poder Legislativo tem como função congregar os representantes políticos que estabelecem a criação de novas leis. Dessa forma, aos serem eleitos pelos cidadãos, os membros do legislativo se tornam porta-

vozes dos anseios e interesses da população como um todo. Além de tal tarefa, os membros do legislativo contam com dispositivos através dos quais podem fiscalizar o cumprimento das leis por parte do Executivo. Sendo assim, vemos que os “legisladores” monitoram a ação dos “executores”.

Em várias situações, podemos ver que a simples presença da lei não basta para que os limites entre o lícito e o ilícito estejam claramente definidos. Em tais ocasiões, os membros do Poder Judiciário têm por função julgar, com base nos princípios legais, de que forma uma questão ou problema sejam resolvidos. Na figura dos juízes, promotores e advogados, o judiciário garante que as questões concretas do cotidiano sejam resolvidas à luz da lei.

No Brasil:

ESFERA PODER	PAÍS	ESTADO	MUNICIPIO
LEGISLATIVO (Elabora as Leis)	Deputados federais e senadores	Deputados Estaduais	Vereadores
EXECUTIVO (Executa as Leis)	Presidente e ministros	Governador e secretários	Prefeito e secretários
JUDICIÁRIO (Julga as Leis)	Tribunais Federais	Tribunais Regionais	-

Nos Estados Democráticos, a CONSTITUIÇÃO é a lei máxima que rege a organização do Estado.

Constituições Brasileiras:

Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1988.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Organização Interna do Estado

A soberania, a nacionalidade, a cidadania, a dignidade, os valores sociais de trabalho, a livre iniciativa e o pluralismo político são alguns dos fundamentos que a maioria dos Estados observam para fazer sua organização interna.



Organização Política do Brasil

O Brasil é uma República Federativa formada pela união indissolúvel dos Estados e dos Municípios e do Distrito Federal. O modelo jurídico apoia-se em três poderes independentes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

1. EXECUTIVO

Executa leis e programas e define as formas de distribuição dos gastos públicos, sobretudo nas diretrizes de tributação.

É dividido entre os níveis/esferas de governo: Federal, estadual, municipal – cada um com responsabilidades distintas.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) → Autonomia para prefeitos e governadores.

Objetivos:

- Disciplinar a aplicação do dinheiro público;
- Regulamentar os limites e as regras de endividamento público;
- Fixar limites para despesas com pessoal;
- Estabelecer regras que obrigam os poderes a indicar de onde virão as receitas para fazer frente às despesas;
- Definir regras para a criação e a administração de dívidas públicas;
- Estabelecer normas e prazos para a divulgação de contas públicas aos cidadãos;
- Facilitar a fiscalização dos poderes pelo povo.

Executivo Federal

Presidente da República e equipe (ministros, administradores e técnicos)

O **Palácio do Planalto** se localiza na **Praça dos Três Poderes**. Nele, estão instalados o Gabinete Presidencial, a Casa Civil e a Secretaria Geral do País.

Atribuições do Presidente da República

- Conduzir a política econômica;
- Aplicar leis;
- Vetar, total ou parcialmente, os projetos de Lei aprovados pelo Poder Legislativo;
- Editar medidas provisórias com força de lei em caráter de urgência;
- Apresentar, anualmente, o plano plurianual e o projeto de lei orçamentária ao Congresso, nos quais estão incluídas as explicações de seus projetos para o País e como pretende arrecadar e gastar os recursos no próximo ano;
- Comandar a política externa;
- Celebrar tratados internacionais;
- Declarar guerra, estado de sítio ou de defesa com autorização do Congresso;
- Criar e extinguir ministérios;
- Nomear e afastar ministros de Estado;
- Indicar os substitutos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, do Procurador Geral da República, do Presidente e dos diretores do Banco Central e do advogado geral da União.

Ministérios, secretarias e órgãos com status de ministérios

1	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	MAPA	Blairo Maggi	PP
2	Cidades	MCidades	Bruno Araújo	PSDB
3	Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	MCTIC	Gilberto Kassab	PSD
4	Cultura	MinC	Roberto Freire ^[5] ^[6]	PPS
5	Defesa	MD	Raul Jungmann	PPS
6	Desenvolvimento Social e Agrário	MDS	Osmar Terra	PMDB
7	Educação	MEC	Mendonça Filho	DEM
8	Esporte	ME	Leonardo Picciani	PMDB
9	Fazenda	MF	Henrique Meirelles	PSD
10	Indústria, Comércio Exterior e Serviços	MDIC	Marcos Pereira	PRB
11	Integração Nacional	MI	Helder Barbalho	PMDB
12	Justiça e Cidadania	MJ	Alexandre de Moraes	PSDB
13	Meio Ambiente	MMA	Samuel Pinheiro	PV
14	Minas e Energia	MME	Fernando Coelho Filho	PSB
15	Planejamento, Orçamento e Gestão	MP	Dyogo Oliveira (interino)	—
16	Relações Exteriores	MRE	José Serra	PSDB
17	Saúde	MS	Ricardo Barros	PP
18	Trabalho e Previdência Social	MTPS	Ronaldo Nogueira	PTB
19	Transparência, Fiscalização e CGU	CGU	Torquato Jardim ^[7]	—
20	Transportes, Portos e Aviação Civil	MT	Maurício Quintella Lessa	PR
21	Turismo	MTur	Marx Beltrão	PMDB
Secretarias com status de ministério (ligadas à Presidência da República)				
22	Secretaria de Governo	SeGov		PMDB
Órgãos com status de ministério (ligados à Presidência da República)				
23	Casa Civil	CC	Eliseu Padilha	PMDB
24	Gabinete de Segurança Institucional	GSI	Sérgio Etchegoyen	—

Eleições do Executivo → Sistema **majoritário**; Duração do mandato: 4 anos.

Presidente, governadores, prefeitos de municípios com mais de 200 mil habitantes → 50% +1 (votos válidos) → Aprovação em primeiro turno.

Sistema Tributário:

Impostos Diretos: Imposto de Renda (IR), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto Territorial Rural (ITR), etc.

Impostos Indiretos: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros.

2. LEGISLATIVO FEDERAL

- Bicameral → Congresso Federal, formado pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados.
- Presidentes de ambas as casas com mandato de dois anos,
- Atribuições: Definir legislação nacional, aprovar orçamento do governo e fiscalizar contas e ações do Executivo.
- *Câmara dos Deputados* → 513 membros (mandato: 4 anos);
- Proporcionalidade ao número de eleitores dos estados: 8~70.

- *Senado* → 81 membros (mandato: 8 anos);
- Proporcionalidade: 3 membros por unidade da federação;
- Eleição majoritária a cada 4 anos: um terço e dois terços

3. JUDICIÁRIO

Função → Aplicar leis mediante solicitação, julgamento e, principalmente, a guarda da própria Constituição.

Integram: Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Federais e Juízes Federais, Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares, Tribunais e Juízes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.



www.agenciabrasil.gov.br – acessado em 20/05/2009

O Poder Judiciário funciona no Supremo Tribunal Federal. É o poder encarregado de fazer com que as leis sejam cumpridas, garantindo os direitos dos indivíduos. Seu órgão máximo é o Supremo Tribunal Federal, cujos ministros são nomeados pelo Presidente da República.

Curiosidade

A escultura “A Justiça”, de Alfredo Ceschiatti, em frente ao STF – Superior Tribunal Federal em Brasília, caracterizada pelos olhos vendados, demonstra a imparcialidade (cega) no ato da justiça, bem como sua espada simbolizando seu poder.

7. Imprensa

A ideia de quarto poder surgiu a partir de meados do século 19 como recurso no meio de sociedades democráticas: um órgão responsável por fiscalizar os abusos dos três poderes originais (Legislativo, Executivo e Judiciário). Esse poder, representado pela imprensa, teria como dever denunciar violações dos direitos nos regimes democráticos – o que ocasionalmente não acontece – nos quais as leis são votadas “democraticamente” e os governos são eleitos pelo sufrágio universal.

Por muitos anos, o quarto poder recebeu o título de “voz dos sem vozes” e seus representantes sofreram grandes retaliações por diversos segmentos, o que não impediu que se mantivesse como forte contrapeso na balança social com os demais poderes. A mídia, com suas ferramentas de alcance e representatividade, seria “os olhos e ouvidos” da humanidade, a vontade e opinião do povo. Inclusive, as informações produzidas/veiculadas pelo quarto poder são o meio pelo qual a opinião pública se expressa. Ou seria o contrário?

O quarto poder hoje é orientado por um feixe de grupos econômicos e financeiros planetários e de empresas globais. A revolução midiática agrupa uma imprensa centralizadora e por vezes totalitária, imprensa que já possui autonomia e autoridade e controla o fazer jornalístico, cinematográfico, editorial, como um tentáculo sem fim. Sendo assim, como um quarto poder poderá não alcançar e construir uma opinião pública nivelada?

Uma democracia de faz de conta

A informação surge, se desenvolve e limita-se às fronteiras de interesses comerciais dessas organizações. Mas o ponto positivo do cenário pós-moderno é que aos poucos os cidadãos enxergam mais claramente com olhos desconfiados as ações das grandes mídias – exemplo mais vivo são as últimas manifestações desencadeadas em junho no país. Até as ações do quarto poder foram questionadas.

A desconfiança do povo surge do momento em que a contingência de informação põe em dúvida a sua autenticidade. O fenômeno é denominado por Ignacio Ramonet como uma “censura democrática”. Contrariamente ao que se pensava, a censura não é uma arma exclusiva de regimes autoritários, que agem por supervisão e

amputação constante das informações. O quarto poder do século 21 instala entre a informação livre e o espectador obstáculos comunicacionais compostos por circulação de mais e mais informação, o chamado “bombardeio informativo”, recheado de novas roupagens que desviam a atenção e/ou superficializam o conteúdo, em uma espécie de “manobra” para que o receptor não perceba quais outras informações lhe são ocultadas e dissolvidas pela “censura”.

Dessa forma, o amplo recebimento de numerosas informações limita o acesso à informação. Esse mecanismo atrofia inclusive o desenvolvimento intelectual da “massa”, bloqueando o caminho e a construção de uma opinião pública realmente formada e consistente.

O quarto poder não representa mais – não em sua totalidade – o conceito de fiscalizar os poderes e nortear os cidadãos. Por ele agora passam filtros que são geridos por interesses particulares, amputando informações, direcionando olhares, minando o funcionamento intelectual, em uma verdadeira democracia de faz de conta.

Texto: Reynaldo Carilo Carvalho Netto, graduado em Rádio e TV pela Universidade Estadual de Santa Cruz

8. Noções básicas de economia

Economia é uma ciência que estuda os processos de produção, distribuição, acumulação e consumo de bens materiais. É a contenção ou moderação nos gastos, é uma poupança. No sentido figurado, economia significa o controle para evitar desperdícios em qualquer serviço ou atividade. A palavra “economia” deriva da junção dos termos gregos “oikos” (casa) e “nomos” (costume, lei) resultando em “regras ou administração da casa, do lar”.

O conceito de economia engloba a noção de como as sociedades utilizam os recursos para produção de bens com valor e a forma como é feita a distribuição desses bens entre os indivíduos.

Escassez de recursos sugere a ideia de que os recursos materiais são limitados e que não é possível produzir uma quantidade infinita de bens, tendo em conta que os desejos e as necessidades humanas são ilimitados e insaciáveis.

Partindo desse princípio, a economia observa o comportamento humano em decorrência da relação entre as necessidades dos homens e os recursos disponíveis para satisfazer essas necessidades.

A ciência econômica tenta explicar o funcionamento dos sistemas econômicos e as relações com os agentes econômicos (empresas ou pessoas físicas), refletindo sobre os problemas existentes e propondo soluções.

A investigação dos principais problemas econômicos e as tomadas de decisão baseiam-se em quatro questões fundamentais sobre a produção: “O que produzir?”, “Quando produzir?”, “Que quantidade produzir?”, “Para quem produzir?”.

Microeconomia e macroeconomia são os dois grandes ramos da economia. A microeconomia estuda as várias formas de comportamento nas escolhas individuais dos agentes econômicos, enquanto a macroeconomia analisa os processos microeconômicos observando uma economia como um todo.

Economia de mercado

Economia de mercado é um sistema econômico em que as organizações (bancos, empresas etc.) podem atuar com pouca interferência do estado. É o sistema próprio do capitalismo.

Economia de subsistência

É um sistema econômico baseado na produção de bens exclusivamente necessários para o consumo básico, imediato. Onde na produção não existem excedentes, nem relação de caráter econômico com outros mercados produtores.

O que é Inflação:

No contexto da Economia, inflação é um conceito que designa o aumento continuado e generalizado dos preços dos bens e serviços. No sentido literal, o termo inflação significa o efeito de inflar ou inchar.

O aumento de preços é verificado na grande maioria dos bens e não só em alguns. Há uma acentuada diminuição do poder de compra devido a vários fatores, como por exemplo, o rendimento salarial que não sofre alteração.

A noção de inflação da economia surgiu em 1838, e significa o aumento dos preços que acontece de forma persistente e que resulta na diminuição do poder de aquisição de uma moeda.

Uma das causas da inflação é o aumento da emissão de papel-moeda pelo Governo para cobrir os gastos do Estado. Quando isso acontece, há um maior volume de dinheiro em circulação no mercado mas não houve criação de riqueza ou aumento de produção. Nestes casos, é exigida maior quantidade de dinheiro para adquirir a mesma quantidade de produto, resultando em inflação.

Outras causas da inflação estão relacionadas com o aumento exagerado do preço de um bem básico, como por exemplo, energia elétrica ou petróleo, ou ainda, pelo aumento ou excesso de consumo, aumentando a procura do produto e, conseqüentemente, o seu preço.

Tipos de inflação

Existem quatro tipos de inflação:

- Inflação de demanda: caracterizada pelo excesso de demanda em um determinado setor;
- Inflação de custos: também conhecida como inflação de oferta, que acontece por causa da oferta, por exemplo, quando há uma subida dos custos de produção;
- Inflação inercial: também é conhecida como inflação psicológica, porque não é causada necessariamente por uma alteração na demanda ou oferta. Muitas vezes acontece porque as pessoas acreditam que a subida dos preços vai continuar;
- Inflação estrutural: parecida com a inflação de custos, mas a subida de preço acontece por uma falta de eficiência das infraestruturas envolvidas no processo de produção.

Inflação X Deflação

A deflação é o processo contrário à inflação. Há uma redução do nível de preços dos bens e serviços e o valor do dinheiro é aumentado. É um processo normalmente verificado em períodos de recessão econômica.

O que é Poder Aquisitivo:

Poder aquisitivo é a capacidade que uma pessoa ou uma população tem de adquirir bens materiais.

Têm maior poder aquisitivo aqueles que podem adquirir (o que não significa que adquiram) um valor maior em bens no mesmo lapso de tempo.

Poder aquisitivo está relacionado com os rendimentos monetários da pessoa e / ou da população. Mas, a pessoa que adquire determinado valor em bens por meios não-monetários, como trocando esses bens por um serviço, tem tanto poder aquisitivo quanto outra que os adquiriu com dinheiro.

Em economia, existe a chamada Paridade do Poder Aquisitivo (PPA), ou Paridade do Poder de Compra (PPC), que é um método para se calcular o poder de compra entre dois países.

A PPA mede quanto que uma determinada moeda pode comprar em termos internacionais, uma vez que bens e serviços têm diferentes preços de um país para outro.

Este método relaciona o poder aquisitivo de determinada pessoa com o custo de vida do local, se o salário é suficiente para o indivíduo comprar tudo que deseja e etc.

A Paridade do Poder Aquisitivo é importante porque a comparação dos Produtos Internos Brutos (PIB) em uma moeda comum não descreve com precisão as diferenças em prosperidade material, e a PPA leva em conta as diferenças de rendimentos e as diferenças no custo de vida.

O que é PIB:

PIB é a sigla para Produto Interno Bruto, e representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período.

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários.

Para analisar o comportamento do PIB de um país é preciso diferenciar o PIB nominal do PIB real. PIB nominal calcula a preços correntes, ou seja, no ano em que o produto foi produzido e comercializado, e PIB real é calculado a preços constantes, onde é escolhido um ano-base para eliminar o efeito da inflação, e o PIB real é o mais indicado para análises. O PIB pode ser calculado a partir de três óticas: a ótica da despesa, a ótica da oferta e a ótica do rendimento.

Na ótica da despesa, o valor do PIB é calculado a partir das despesas efetuadas pelos diversos agentes econômicos em bens e serviços para utilização final, e corresponderá à despesa interna, que inclui a despesa das famílias e do Estado em bens de consumo e a despesa das empresas em investimentos.

Na ótica da oferta, o valor do PIB é calculado a partir do valor gerado em cada uma das empresas que operam na economia.

Já na ótica do rendimento, o valor do PIB é calculado a partir dos rendimentos de fatores produtivos distribuídos pelas empresas, ou seja, a soma dos rendimentos do fator trabalho com os rendimentos de outros fatores produtivos.

O que é o Consumo sustentável:

Consumo sustentável é a ideia de consumir produtos e serviços de modo consciente, com a intenção de evitar ou eliminar o desperdício e o impacto ambiental e social.

Para que haja a prática do consumo sustentável é necessário que exista o desenvolvimento de uma consciência ecológica, quando as pessoas reconhecem o fato de que os recursos naturais são limitados e devem ser manuseados com responsabilidade.

O conceito do consumo sustentável também prevê a progressiva reestruturação das chamadas “sociedades de consumo”, fazendo com que as pessoas passem a consumir apenas o necessário para a sobrevivência e bem-estar, evitando os desperdícios exagerados.

O fortalecimento do conceito de consumo sustentável surgiu a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro. Nesta reunião foi criada a Agenda 21 Global, um documento que estabelece medidas e planos para melhorar os padrões de consumo no mundo, garantindo o equilíbrio ecológico do planeta.

O chamado “consumo consciente”, “consumo verde” e o “consumo responsável” são vertentes do consumo sustentável, sendo que cada um está direcionado para uma diferente dimensão do consumo.

Balança Comercial:

Balança comercial é um termo econômico que representa as importações e exportações de bens entre os países.

Dizemos que a balança comercial de um determinado país está favorável, quando este exporta (vende para outros países) mais do que importa (compra de outros países). Do contrário, dizemos que a balança comercial é negativa ou desfavorável.

A balança comercial favorável apresenta vantagens para um país, pois atrai moeda estrangeira, além de gerar empregos dentro do país exportador.

Balança Comercial Brasileira:

Em 2015, o saldo da balança comercial brasileira foi positivo (superávit) em US\$ 19,69 bilhões. No ano de 2015, o Brasil exportou US\$ 191,1 bilhões e importou US\$ 171,5 bilhões. Felizmente, este resultado foi muito melhor do que o do ano anterior, sendo o melhor desde 2011. Real desvalorizado, queda no valor do petróleo e atividade econômica fraca influenciaram o resultado.

9. Meio Ambiente

Todos os dias o meio ambiente está no centro de várias discussões e mesmo sendo um tema tão recorrente nem todo mundo compreende realmente esse conceito. Podemos dizer que o meio ambiente inclui coisas que tem ou não vida do planeta. Os elementos do meio ambiente afetam de alguma maneira a vida das pessoas. Trata-se de um conjunto de leis, condições e influências que criam a infraestrutura física, química e biológica que torna possível a existência de vários tipos de vida.

O Conceito de Meio Ambiente

A definição conceitual de meio ambiente pode ser feita da seguinte maneira: um sistema natural que passa por intensa transformação promovida pela espécie humana e outras espécies que habitam a Terra. Está dentro do

conjunto do conceito de meio ambiente animais, vegetação, solo, fenômenos da natureza entre outros. Os fenômenos a que nos referimos são aqueles que não têm um limite e nem são influenciados pela intervenção do homem como a água, clima, radiação do sol e ar.

A Composição do Meio Ambiente

De uma forma geral são reconhecidas quatro esferas de meio ambiente que são a litosfera, hidrosfera e atmosfera que quando unidas formam a biosfera. A litosfera é a esfera das rochas, a hidrosfera a da água e a atmosfera a do ar. Existem algumas correntes científicas que ainda incluem a crisosfera – a esfera do gelo – como uma parte diferenciada da hidrosfera além da pedosfera que é a esfera que se refere ao solo.

Ciências da Terra

A responsabilidade de estudar o meio ambiente é das chamadas ciências da terra que são quatro: Geografia, Geofísica, Geologia e Geodésia. Nessas disciplinas são usados conhecimentos de outras disciplinas como biologia, química, física e matemática. A partir de cada conhecimento desses é possível empreender conhecimentos quantitativos e qualitativos.

Meio Ambiente de Água

O Universo de Água dos Oceanos

Quando pensamos na água da Terra é natural pensar nos oceanos que são verdadeiros mundos a parte feitos somente de água, não é mesmo? Basicamente um oceano é um corpo muito grande de água salgada e faz parte da hidrosfera. O planeta Terra poderia perfeitamente se chamar Água uma vez que 71% dele é composto de água do oceano, isso é representado aproximadamente por 361 milhões de quilômetros quadrados.

Toda essa área é subdividida em oceanos principais e ainda em mares menores. Uma curiosidade é que mais da metade dessa água salgada se encontra numa profundidade maior que três mil metros. Quase que toda a água do mar possui salinidade que vai de 30 a 38 ppt. Os oceanos podem ser conhecidos como “Oceano Global” quando reunidos. Os oceanos estão divididos em Oceano Pacífico, Oceano Índico, Oceano Ártico, Oceano Antártico e Oceano Atlântico.

O Longo Caminho dos Rios

Outro importante componente da hidrosfera é o curso de água natural conhecido como rio. Normalmente se trata de um curso de água doce que segue em direção a um oceano, mar, lago ou até mesmo outro rio. Existem casos raros em que um rio flui para o solo ou então acaba secando antes que possa se conectar com outro curso d’água. Conforme o seu tamanho os rios podem receber outros nomes como ribeiro, córrego e angra.

Atmosfera – Sustentação do Ecossistema da Terra

A atmosfera é o elemento que dá a sustentação do ecossistema da Terra. A gravidade do planeta é a responsável por manter a camada fina de gases no seu lugar. Os principais gases que são encontrados na superfície são o nitrogênio (78%) e oxigênio (21%). O restante é composto de gases inertes e os chamados “trace gases” como o metano, ozônio, dióxido de carbono entre outros.

Camada de Ozônio

A camada de ozônio tem um papel-chave para o planeta que é a redução de quantidade de radiação ultravioleta (UV) que chega a superfície. Essa camada é uma espécie de proteção para os seres vivos de Terra uma vez que a radiação UV pode alterar o DNA. A atmosfera ainda atua retendo calor no período da noite para que possa diminuir os extremos durante o dia.

As Camadas Principais da Terra

Existem cinco camadas principais na Terra e são elas: Exosfera, Termosfera, Mesosfera, Estratosfera e Troposfera – essa lista segue a ordem da mais alta para a mais baixa. O trabalho dessas camadas de uma maneira geral aumentar ou diminuir a temperatura. Ainda podemos citar outras camadas importantes que são: Ozonosfera, Ionosfera, Homosfera e heterosfera.

Aquecimento Global

Um dos principais assuntos em pauta em relação ao meio ambiente é o aquecimento global, trata-se de um problema que tem mobilizado vários cientistas. A grande preocupação está nas consequências desse aquecimento a longo prazo no ambiente e também para as pessoas.

Uma das questões mais relevantes desse tema é como a mudança do clima pode afetar fatores como a liberação dos gases, por exemplo. Existem ainda as mudanças que podem afetar a vida na Terra como o clima. O ser humano assim como outras espécies precisarão se adaptar a viver no planeta com as novas condições que ele apresentar.

O Clima

Podemos dizer que o clima é formado de inúmeros fatores dentre os quais estão a umidade, temperatura, pressão atmosférica, chuva, vento entre outros. O clima é a condição presente dos mesmos elementos num período de no máximo 14 dias. Uma região tem seu clima formado por questões como a latitude em que se encontra, se tem cobertura de gelo, água por perto, correntezas enfim diversos fatores.

A Vida

Os cientistas acreditam que a vida no planeta teve a sua origem a cerca de 3.7 bilhões de anos. O que se observa é que todas as formas de vida contam com os mesmos mecanismos moleculares essenciais. Correntes científicas acreditam que o fenômeno da vida teve origem a partir de uma única célula que se tornou o elemento primordial da vida, o ponto de partida para tudo o que preenche o meio ambiente.

Ecossistema

O ecossistema pode ser definido como sendo a unidade que é composta por plantas, animais e micro-organismos que habitam uma mesma área e que formam um conjunto.

O Que é Meio Ambiente?

O meio ambiente é tudo o que compõe o nosso planeta e afeta a nossa vida, o ar que respiramos, a água que cobre a maior parte da superfície da terra, as plantas e animais que nos rodeiam, etc.

Muitas pessoas consideram como meio ambiente apenas as coisas naturais, aquelas áreas intocadas pelo ser humano, mas isso não é verdade. Qualquer espaço é considerado meio ambiente, mesmo aqueles em que há modificações causadas pelo ser humano.

Nos últimos anos, cientistas vêm analisando cuidadosamente as maneiras com as quais as pessoas afetam o meio ambiente. Eles descobriram que nós somos os causadores da poluição do ar, do desmatamento, da chuva ácida, e de outros problemas que são perigosas tanto para a terra e para nós mesmos.

A Educação Ambiental Começa em Casa

Atualmente, as escolas começam a falar a respeito do meio ambiente desde cedo para as crianças. Elas aprendem que é importante preservar, pois precisamos de recursos naturais para nossa própria sobrevivência. Além das escolas, sempre vemos o assunto ser tratado em programas de TV, revistas, livros, na internet. Mesmo com tanta informação ainda encontramos pessoas que não fazem o básico necessário para a preservação, como não jogar lixo na rua, não poluir rios, desperdiçar água, etc.

É importante começarmos com as pequenas ações, pois de nada adianta se preocupar com o efeito estufa se você joga um papel de bala no chão. Meio ambiente não são apenas as florestas, meio ambiente é qualquer lugar.

Como Proteger o Meio Ambiente

Se você quer proteger o meio ambiente, pode sim se preocupar com questões como sustentabilidade, por exemplo, mas não deixe que a sua preocupação fique apenas na teoria. Pesquise por soluções e aplique-as no dia a dia da sua casa. Alguns bons exemplos são: Economizar papel, separar o seu lixo para reciclagem, etc.

Para economizar água existem várias soluções, e o reaproveitamento é uma das mais fáceis de serem feitas. Por exemplo: Usar a água que lavou a roupa para lavar o chão, deixar baldes para recolher água da chuva e depois usá-la para regar as plantas e assim por diante. Basta ter um pouco de criatividade e se cada um fizer a sua parte poderemos colaborar com a preservação do meio ambiente.

(Anexo)

O MINISTÉRIO PÚBLICO

Qual a função do Ministério Público?

O Ministério Público é responsável, perante o Poder Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade e pela fiel observância da Constituição (das leis).

Como o Ministério Público atua no Processo de Execução?

O órgão do Ministério Público fiscaliza a execução da pena e da medida de segurança. Os promotores de Justiça, como representantes do Estado, procuram fazer com que a pena seja cumprida de maneira correta, como diz a lei. Participam do processo de execução e em atividades administrativas.

Os Promotores são contrários aos direitos do preso?

Não. O Ministério Público, na sua atividade fiscalizadora, deve zelar por preservar a integridade física dos detentos, verificar se as regras para a concessão de benefícios estão sendo cumpridas, se não está aplicando sanção não prevista em lei e se não está ocorrendo o chamado desvio ou excesso na execução (O processo não está seguindo o rumo ditado pela lei).

O Ministério Público sempre se manifesta de forma desfavorável ao preso, nos pedidos de benefício?

Não. Os Promotores de Justiça verificam os requisitos exigidos, por exemplo, para a concessão do livramento condicional, da progressão de regime, da remição de pena, do indulto e comutação. Caso eles entendam que o estejam preenchidos, manifestam-se favoráveis ao deferimento do requerido.

O órgão do Ministério Público pode fazer pedido em favor do sentenciado?

Sim. Além de manifestar-se de forma favorável aos pedidos formulados pela defesa, pode requerer que sejam formulados expedientes de praxe para a concessão do livramento condicional, progressão de regime, indulto, entre outros. Pode requerer a instauração dos incidentes de excesso ou desvio de execução.

Ainda, cabe ao Ministério Público verificar se a guia de recolhimento contém todos os requisitos estabelecidos na lei e se realmente coincide com a situação jurídica do condenado.

Caso o Ministério Público verifique a ocorrência da prescrição ou qualquer outra causa legal, quando não se possa mais punir o sentenciado, deve requerê-la e, por via de consequência, nos casos possíveis, pedir a expedição de alvará de soltura.

Aos que se encontram submetidos à internação, por ter sido aplicada medida de segurança, os representantes do Ministério Público podem requerer a desinternação, verificada a cessação da periculosidade (ou seja, que o interno já está em condições mentais boas).

Por último, o órgão do Ministério Público pode requerer todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo de execução das penas da pessoa condenada.

O Ministério Público pode recorrer em favor do condenado?

Como o Ministério Público exerce atividade fiscalizadora dos atos jurisdicionais (do Poder Judiciário) ou administrativos (do Poder Executivo), pode recorrer em favor do sentenciado, desde que esteja em jogo a observância da lei ou interesse irrenunciável. Suponha-se que no Presídio foi aplicado um isolamento por tempo indeterminado, com redução da alimentação. O Promotor de Justiça pode recorrer desta decisão, mesmo porque deve zelar pela integridade física do recluso.

O Ministério Público pode fazer pedido que não atenda ao interesse do sentenciado?

Sim. Há a possibilidade do requerimento, por parte do Ministério Público, para que se proceda à regressão de regime, à revogação do livramento condicional, à declaração da perda dos dias remidos (quando é praticada uma falta grave), e à revogação do *sursis*, se não foram cumpridas as condições aceitas na audiência de advertência, entre outras funções.

O Ministério Público tem o dever de visitar os estabelecimentos penais?

Sim. Obriga a lei que a visita seja mensal e registrada em livro próprio, mas nada impede que o órgão do Ministério Público desempenhe tal atividade com mais frequência. O não cumprimento deste dever de visita constitui falta funcional (do Promotor).

Atualidades

A seguir alguns temas:

1. A negação da política: os políticos nunca foram tão impopulares?
2. Desinformação na era da informação: o compartilhamento de mentiras e boatos na internet.
3. Brasil vive epidemia de sífilis: falta de uso da camisinha é a principal causa.
4. Racismo nos EUA: mortes de negros por policiais acirram tensão racial.
5. Tecnologia: moeda virtual é o dinheiro do futuro?
6. Eleições: qual é a importância de um prefeito na nossa vida?
7. Cidadania: Lei Maria da Penha completa 10 anos
Comente.
8. Homofobia: preconceito, violência e crimes de ódio.
9. Acordo histórico: Colômbia e Farc assinam cessar-fogo.
10. Violência: Brasil tem o maior número absoluto de homicídios no mundo.
11. Cultura do estupro: Você sabe de que se trata?
12. Internet: Privacidade versus segurança digital.
13. 100 anos de samba: Conheça as raízes do gênero musical que se tornou símbolo nacional.
14. Intolerância: Coexistir com as diferenças é um desafio?
Comente.
15. Fidel, líder ou ditador?
16. PEC 241 e como ela pode afetar sua vida.
17. Solidariedade: Tragédia com a equipe da Chapecoense.